

Rejeitar o Acordo Laboral

Escrito por A União dos Sindicatos de Aveiro

Quarta, 27 Junho 2018 13:39 - Actualizado em Sexta, 03 Maio 2019 14:40

**CONCENTRAÇÃO
6 JULHO
10 HORAS
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**REJEITAR
O ACORDO
LABORAL!**

**DIA
6 DE JULHO
TODOS À
ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA**

**AUMENTO
GERAL DOS
SALÁRIOS**

**SMN 650€
1 JAN 2019**

**35H PARA
TODOS**

**FIM DA
PRECARIIDADE**

**REPOSIÇÃO
VÍNCULO
NOMEAÇÃO NA
ADM. PÚBLICA**

**AUMENTO
PENSÕES
REFORMA**

**FIM DA
CADUCIDADE**

DEFENDER OS DIREITOS!

O acordo celebrado pelo Governo do PS, pelos patrões e pela UGT não só não rompe com a precariedade e os baixos salários, como dá continuidade à política laboral de direita. Perpetua a precariedade, ataca a contratação colectiva, reduz a retribuição dos trabalhadores e acentua os desequilíbrios na distribuição da riqueza.

A satisfação com que os patrões e os partidos de direita celebraram este acordo confirma que estamos perante um conjunto de medidas que dão, mais uma vez, resposta aos interesses do capital à custa dos direitos dos trabalhadores, do povo e do desenvolvimento do país.

Apesar das reivindicações apresentadas pela CGTP-IN para romper com a política laboral do passado e promover uma política de esquerda que valorize o trabalho e os trabalhadores, o Governo do PS optou por escolher a companhia dos patrões e de toda a direita para acodar um documento que faz perder o que de pior a política de direita e o memorando da troika nos trouxeram.

Este é um momento que justifica e exige a unidade na acção com todos os que lutam contra a exploração e a regressão laboral e social, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores. É preciso intensificar, mais do que nunca, a acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho e empresas.

Não há política de esquerda com a legislação laboral de direita!

Rejeitar o Acordo Laboral

Escrito por A União dos Sindicatos de Aveiro

Quarta, 27 Junho 2018 13:39 - Actualizado em Sexta, 03 Maio 2019 14:40



Banco de horas grupal
⊖ 150 horas anuais de trabalho à borla para os patrões

Se fosse aplicado à generalidade dos trabalhadores, representaria 2,6 mil milhões de euros de trabalho não pago - 786€/ano por trabalhador - que iriam direitinhos para o bolso dos patrões!



Contratos de muito curta duração de 15 para 35 dias e para todos os sectores
⊖ rotação sem limites

A possibilidade de utilização de um mecanismo que está circunscrito a situações e sectores específicos (já de si de controlo e aplicação duvidosas) por todos os sectores de actividade, facilitaria ainda mais a ocupação de postos de trabalho permanentes por trabalhadores com vínculo precário.

Manutenção da norma da caducidade
⊖ mantêm-se a chantagem

O governo mantém nas mãos dos patrões a possibilidade de chantagear os trabalhadores e os seus sindicatos de classe - querem reduzir direitos e salários pondo no outro prato da balança a caducidade dos contratos colectivos de trabalho.



Taxa de rotatividade excessiva
⊖ legitimar a precariedade

Os patrões seriam obrigados a pagar uma taxa quando ultrapassassem a respectiva média sectorial de precariedade, que na maioria dos sectores se situa entre os 30 e os 60%. Legitimar-se-iam "níveis aceitáveis" de precariedade, em grande parte ilegal, mediante o pagamento de uma "taxinha".

Período experimental de 180 dias
⊖ despedimento sem fundamentação e sem compensação

O alargamento do período experimental para o dobro do que está actualmente previsto é a oferta de mais um mecanismo de precariedade aos patrões, que passariam a poder contratar com uma "almofada de tempo" de 6 meses que lhes permitiria despedir sem fundamentar e sem indemnizar.

6 JULHO 10H ASSEMBEIA DA REPÚBLICA

- ▶ **CONTRA AS NORMAS GRAVOSAS DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO**
- ▶ **POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA**

HÁ TRANSPORTES ORGANIZADOS. INSCREVE-TE JUNTO DO DELEGADO SINDICAL OU NO SINDICATO



Pela valorização do trabalho e dos trabalhadores
Dia 6 de Julho todos à Assembleia da República!

[Documento em formato pdf para descarregar \(13 Mbytes\)](#)